



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

**ANDRÉ LUIZ SAMPAIO DE AQUINO**

**A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS  
CLIMÁTICAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL: Desafios e Potenciais para a Ação  
Coletiva Global**

**BRASÍLIA  
2023**

**ANDRÉ LUIZ SAMPAIO DE AQUINO**

**A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS  
CLIMÁTICAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL: Desafios e Potenciais para a Ação  
Coletiva Global**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais pela Faculdade de  
Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Cláudio Tadeu Cardoso  
Fernandes

**BRASÍLIA**

**2023**

**ANDRÉ LUIZ SAMPAIO DE AQUINO**

**A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS  
CLIMÁTICAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL: Desafios e Potenciais para a Ação  
Coletiva Global**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais pela Faculdade de  
Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Cláudio Tadeu Cardoso  
Fernandes

**BRASÍLIA, DIA MÊS 2023**

**BANCA AVALIADORA**

---

**Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes**

---

**Professor(a) Avaliador(a)**

Dedicatória: Dedico esse projeto ao meu falecido avô, José Pelegrino Sampaio, que infelizmente não pôde me acompanhar toda a jornada até a conclusão do curso, mas seu caráter e jeito de ser me inspiram a ser uma pessoa melhor e sem seus ensinamentos eu não seria a pessoa que sou hoje.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, devo agradecer ao meu orientador Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes por apoiar o projeto e me auxiliar a exercer um bom trabalho, sempre me tratando com respeito e educação, o mesmo também serviu de inspiração, em uma de suas disciplinas ao longo do curso, para a elaboração da temática . Em segundo lugar, mas não menos importante, quero agradecer a minha família e meus amigos de classe que contribuíram nessa jornada acadêmica e serviram de inspiração para a construção da temática do projeto.

## **RESUMO**

A seguinte pesquisa apresenta o objetivo de analisar o papel e os desafios que a sociedade civil enfrenta no combate às mudanças climáticas com foco nas Organizações Não-Governamentais (ONGs), World Wide Fund for Nature (WWF), Greenpeace e a rede de organizações Climate Action Network (CAN) e suas respectivas participações na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) ou popularmente conhecida como Convenção do Clima, analisando um pouco da história da conferência, mas principalmente a participação da sociedade civil nela. É a partir dessa convenção e suas respectivas Conferências das Partes (COPs) que também analisaremos o potencial da sociedade civil em solucionar assuntos voltados para o meio ambiente impactado pelas crescentes mudanças climáticas. Tendo esse cenário em vista, foi utilizada a perspectiva da Teoria da Escola Inglesa e a Teoria dos Regimes para explicar tanto a sociedade civil em si e os impactos dela no meio ambiente, é a partir dessas teoria que também foi possível analisar as contribuições da sociedade civil ao longo dos anos, como o processo da educação ambiental para todos, o uso da tecnologia como ferramenta da atuação da sociedade civil nas negociações climáticas, campanhas e advocacy para combater as mudanças climáticas e por fim a participação da sociedade civil nas COPs. Foi a partir desses elementos que possibilitaram a análise da relevância e reconhecimento da sociedade civil no combate às mudanças climáticas no cenário internacional. A partir das lentes das teorias de RI em questão (Escola Inglesa e Teoria dos Regimes), vemos que ambas as teorias reconhecem que a sociedade civil tem um grande poder de exercer influência no cenário de negociações

climáticas e que cada vez mais vem ganhando espaço no cenário por conta das conferências internacionais voltadas à esse tópico, porém seu poder de influência é limitado pelo Estado.

**Palavras-chave:** Sociedade Civil. ONGs. Mudanças Climáticas. Meio Ambiente. Convenção do Clima.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL</b>	<b>7</b>
<b>2.1. Meio Ambiente e Sociedade Civil na Perspectiva da Escola Inglesa</b>	<b>7</b>
<b>2.2. Teoria dos Regimes</b>	<b>9</b>
<b>3. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A REAÇÃO INTERNACIONAL</b>	<b>12</b>
<b>3.1. A Convenção do Clima</b>	<b>12</b>
<b>3.2. A Participação da Sociedade Civil no âmbito da Convenção do Clima</b>	<b>14</b>
<b>3.3. A Atuação das ONGs</b>	<b>16</b>
<b>4. CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>18</b>
<b>4.1. Intervenção nas COPs e Negociações Climáticas</b>	<b>18</b>
4.1.1. COP 15	19
4.1.2. COP 21	20
4.1.3. COP 24	21
4.1.4. COP 25	22
<b>4.2. Campanhas e Advocacy nas Mudanças Climáticas</b>	<b>23</b>
<b>4.3. Capacitação e Educação para a Ação Climática</b>	<b>25</b>
<b>4.4. Inovação e Tecnologia na Atuação da Sociedade Civil</b>	<b>26</b>
<b>4.5. Análise das Contribuições da Sociedade Civil na perspectiva das teorias de RI</b>	<b>28</b>
4.5.1. Perspectiva da Escola Inglesa	28
4.5.2. Perspectiva da Teoria dos Regimes	29
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente têm emergido como um dos maiores desafios globais do século XXI, ameaçando ecossistemas, biodiversidade e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras (Cohen & Waddel, 2009). Nesse contexto, é necessário o estudo e análise da participação da sociedade civil na Convenção do Clima que propõe o debate para gerar soluções para esse problema global, especialmente as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que tem se tornado um porta-voz para a sociedade civil nesta convenção, mas é necessário constatar que essa participação possui diversos desafios que são enfrentados na atualidade, porém a sociedade civil apresenta um grande potencial para solucionar os problemas climáticos que são prejudiciais para todo o mundo.

Tendo como base este cenário, a principal pergunta da pesquisa é: quais são as contribuições promovidas pela participação das ONGs na convenção do clima e os desafios enfrentados no combate às mudanças climáticas e na preservação do meio ambiente em âmbito internacional? Baseando-se nessa pergunta, o objetivo da pesquisa é compreender e analisar o papel das ONGs, tomando como foco a rede de organizações Climate Action Network (CAN), a World Wide Fund for Nature (WWF) e o Greenpeace que possuem um grande papel na convenção do clima, no combate às mudanças climáticas e na preservação do meio ambiente em âmbito internacional, proporcionando destaque para os desafios enfrentados, para os impactos gerados e para os resultados alcançados por essas ações coletivas.

A estrutura da pesquisa é baseada em três capítulos. O primeiro capítulo trata a respeito de duas teorias importantes para as Relações Internacionais (RI), a teoria da Escola Inglesa e a teoria dos regimes, faremos a análise sobre o meio ambiente e a sociedade civil nas lentes de ambas as teorias e quais ideais contribuem para o tema em questão. O segundo capítulo aborda a maneira em que o mundo reage às mudanças climáticas, com isso é apresentado a história da Convenção do Clima, que é a convenção mais adequada e relevante para o tema e as respectivas participações da sociedade civil como um todo e das ONGs. O terceiro capítulo aponta as principais contribuições da sociedade civil para o combate das mudanças climáticas como a participação das ONGs nas Conferências das Partes (COPs), campanhas e estratégias de advocacy, educação ambiental e a utilização da tecnologia para

combater a ação climática global, por fim temos as perspectivas das teorias apresentadas no primeiro capítulo para essas contribuições da sociedade civil.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, foram utilizados vários teóricos de RI da Escola Inglesa e da Teoria dos Regimes para avaliar a postura da sociedade civil e conseqüentemente seus feitos, mas também foram utilizados diversos pesquisadores da área ambiental com foco nos impactos causados pelas mudanças climáticas no cenário internacional.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL**

Este capítulo visa analisar a importância de discutir as problemáticas ambientais do cenário internacional e como a sociedade civil assume papel nesses problemas a partir da visão da teoria da Escola Inglesa e da teoria dos regimes. Analisaremos brevemente o cenário que cada teoria propõe e como a sociedade civil se insere nele, inclusive em conferências ambientais e que medidas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) devem tomar nessas conferências.

### **2.1 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE CIVIL NA PERSPECTIVA DA ESCOLA INGLESA**

A compreensão das relações internacionais na perspectiva da Escola Inglesa oferece uma lente analítica valiosa para examinar as interações entre meio ambiente e sociedade civil em um cenário global cada vez mais complexo. A escola inglesa, também conhecida como abordagem do sistema internacional da sociedade, enfatiza a importância do sistema internacional como uma comunidade de Estados interdependentes, influenciados por normas compartilhadas, instituições e diálogo. Quando aplicada ao contexto das questões ambientais e da sociedade civil, essa abordagem revela dinâmicas cruciais que moldam a agenda e as ações globais.

A premissa central da Escola Inglesa é trabalhar com um ideal de que existe uma sociedade de Estados, ela é caracterizada por interesses em comum predominante entre os participantes dessa sociedade. Com isso os Estados possuem o papel de atores principais e por meio desses interesses em comum busca-se o resultado de manter a ordem internacional. A outra teoria a ser abordada refere-se ao texto de Andrew Linklater (1999) “The Evolving

Spheres of International Justice”, o autor cita que existem sete esferas que compõem o cenário internacional. A premissa que será tratada de Linklater (1999) será a quarta esfera que diz: “a quarta esfera é introduzida pela nova diplomacia de gerenciar o meio ambiente”. O autor LINKLATER (1999, p. 475) também ressalta: “*existem empreendimentos cooperativos para reverter ou conter danos ao meio ambiente*”. Isso apenas ressalta a participação ativa da sociedade civil nas problemáticas ambientais, realizando movimentos sociais e até a criação das organizações não governamentais (ONGs) e sua incrível participação na atualidade.

Um dos ideais da Escola Inglesa é justamente buscar a criação de uma sociedade de Estados em prol de interesses comuns, não podemos negar que a criação das atuais conferências ambientais e suas respectivas conferências das partes (COPs) são um fruto dessa proposta de Escola Inglesa, e claro que tais elementos são de extrema importância para a temática da pesquisa.

Partindo de uma análise gramsciana, a sociedade civil é composta por instituições e organizações que não fazem parte do Estado, mas que desempenham um papel fundamental na formação e manutenção da hegemonia de uma classe dominante. Essas instituições incluem a família, a igreja, os sindicatos, os partidos políticos, os meios de comunicação e as organizações culturais (MOUFFE, 2014). Porém, para Bobbio (1982), em sua obra “O conceito de sociedade civil”, a sociedade civil é um conjunto de instituições e organizações que existem entre o Estado e o indivíduo. Ele destaca que a sociedade civil é composta por organizações não governamentais, associações, sindicatos e outros grupos que desempenham um papel importante na vida social e política. Bobbio enfatiza que a sociedade civil é fundamental para a democracia, pois é nela que os cidadãos exercem sua liberdade e participação política. Podemos dizer que essa definição de Norberto Bobbio (1982) é a mais adequada aos dias de hoje, podemos dizer que essa definição é uma evolução das antigas definições tanto de Gramsci quanto de Hegel e Marx.

As preocupações ambientais transcendem as fronteiras nacionais, evoluindo para desafios globais que requerem cooperação internacional e engajamento de diversos atores. A sociedade civil, representada pelas ONGs, desempenha um papel fundamental ao elevar as questões ambientais acima das agendas estatais. A WWF, Greenpeace e a Climate Action Network (CAN), entre outras ONGs, têm sido agentes ativos nessa esfera, agindo como pontes entre Estados e cidadãos.

No âmbito da escola inglesa, as ações das ONGs durante conferências globais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), adquirem significado profundo. As manifestações, protestos e campanhas de conscientização dessas

organizações transcendem os espaços diplomáticos convencionais, impactando a opinião pública global e influenciando a tomada de decisões políticas. Através dessas ações, a sociedade civil estabelece um elo entre as preocupações das pessoas comuns e as agendas internacionais.

O diálogo e o engajamento são princípios essenciais da perspectiva da escola inglesa. As ONGs oferecem análises técnicas e informações especializadas, enriquecendo as discussões entre Estados e influenciando a formulação de políticas. O diálogo aberto entre governos e atores não estatais permite uma compreensão mais ampla das complexidades ambientais e dos desafios globais, resultando em estratégias mais eficazes para enfrentá-los. Na obra “Facing Global Environmental Change” dos autores Ashton & Turton (2009) com contribuição da filósofa e ativista indígena, Vandana Shiva, são realizadas diversas analogias acerca do impacto humano no cenário ambiental, incluindo também sua influência sobre ele, destaca Ashton & Turton (2009):

*“A dimensão humana da mudança ambiental global abrange tanto a contribuição quanto a adaptação das sociedades a essas mudanças. (ASHTON & TURTON, 2009, p. 23)”*

A perspectiva da Escola Inglesa enriquece nossa compreensão da interação entre meio ambiente e sociedade civil no cenário global. A sociedade civil, através de suas ações e advocacy, desempenha um papel crucial ao moldar a agenda, influenciar normas compartilhadas e promover um diálogo inclusivo. Essa abordagem reforça a ideia de que a comunidade internacional é mais do que um conjunto de Estados soberanos, mas uma arena onde as preocupações globais são abordadas por meio da colaboração entre Estados e atores não estatais.

## **2.2 TEORIA DOS REGIMES**

A teoria dos regimes internacionais emerge como uma estrutura analítica fundamental para compreender a dinâmica da cooperação entre Estados em áreas específicas de interesse mútuo. No contexto das relações internacionais, os regimes são entendidos como conjuntos de normas, princípios e instituições que orientam as interações entre Estados e outros atores relevantes. Quando aplicada às questões ambientais e à influência da sociedade civil, a teoria dos regimes fornece insights profundos sobre a dinâmica da governança global.

A teoria dos regimes oferece um quadro analítico para entender como os Estados cooperam em questões ambientais globais. Os regimes ambientais orientam ações para enfrentar desafios ambientais compartilhados. No contexto da teoria dos regimes, a ação coletiva internacional em questões ambientais é facilitada por meio da construção de regimes que estabelecem padrões aceitos de comportamento e promovem a cooperação

A obra “*After Hegemony*” de Robert Keohane (1984), demarca uma abordagem racionalista sobre os regimes internacionais, para Keohane (1984):

*“a cooperação não significa harmonia, mas sim uma negociação a qual os atores buscam satisfazer seus próprios interesses algo que pode gerar a própria cooperação ou a discórdia (KEOHANE, 1984, p.12)”*

As ONGs, como a WWF, Greenpeace e a Climate Action Network (CAN), desempenham um papel significativo na construção e manutenção de regimes ambientais. As ONGs atuam como defensoras das normas compartilhadas que regem as ações dos Estados em relação ao meio ambiente. Através de campanhas, advocacy e monitoramento, as ONGs pressionam por metas mais ambiciosas de redução de emissões, proteção da biodiversidade, uso sustentável de recursos e outras preocupações ambientais. A influência das ONGs vai além da simples promoção de normas. Elas também fornecem informações técnicas, análises de políticas e recomendações que auxiliam na formulação e implementação de políticas ambientais. Além disso, ao monitorar o cumprimento dos acordos, as ONGs incentivam os Estados a manterem suas promessas e a prestarem contas por suas ações.

Durante conferências internacionais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), essas organizações pressionam por metas ambiciosas de redução de emissões, financiamento climático e justiça climática.

Na obra “*Governance in a Globalizing World*”, de Joseph Nye (2000), um dos autores mais relevantes da Teoria dos Regimes, é mencionado que a descoberta dos efeitos destrutivos dos clorofluorcarbonetos (CFCs) na camada de ozônio levou a acordos internacionais para regular a produção e venda dessas substâncias. Esses acordos envolveram sanções comerciais contra violadores, afetando assim o globalismo econômico, conforme Nye (2000):

*“Descobertas das propriedades deplecionadoras da camada de ozônio dos CFCs (e outras substâncias químicas) levaram a que essa questão fosse colocada em agendas internacionais, intranacionais, internacionais e transnacionais, gerando controvérsias sobre o assunto e, eventualmente, uma*

*série de acordos internacionais, iniciando em Montreal em 1987, regulando a produção e venda dessas substâncias. (NYE, 2000, p.10)”*

Nye (2000) ressalta que a conscientização da sociedade civil aumentou após esses acordos, justificado no seguinte trecho do texto:

*“Esses acordos envolveram sanções comerciais contra violadores, afetando assim o globalismo econômico. Eles também aumentaram a conscientização das pessoas sobre os perigos ecológicos, contribuindo para uma transmissão muito maior de ideias e informações transnacionais (globalismo social) sobre processos ecológicos que afetam os seres humanos. (NYE, 2000, p.10)”*

Isso apenas comprova ainda mais que a sociedade civil desempenha um papel importante na conscientização e na pressão por ações para combater as mudanças climáticas, justamente por causa dessa conscientização e cada vez mais essa conscientização e atuação da sociedade civil aumenta.

Além disso, a teoria dos regimes destaca o papel das ONGs no monitoramento e compliance. Através da observação constante das ações dos Estados em relação às suas metas e compromissos ambientais, as ONGs garantem maior transparência e responsabilidade na implementação dos acordos climáticos. Esse papel de vigilância é crucial para garantir que os Estados cumpram seus compromissos e para manter a pressão por ações efetivas.

As ações das ONGs também influenciam a agenda dos regimes, afetando a direção das negociações e prioridades globais. Através de campanhas de advocacy, protestos e mobilização pública, as ONGs conseguem pautar a atenção global em questões específicas, promovendo uma maior sensibilização e uma resposta mais robusta por parte dos Estados.

A teoria dos regimes fornece um arcabouço analítico poderoso para compreender a interação entre meio ambiente e sociedade civil na arena global. As ações das ONGs não apenas desempenham um papel na construção e manutenção de regimes ambientais, mas também moldam a agenda e influenciam a conformidade dos Estados. Essa perspectiva realça a importância do engajamento da sociedade civil na promoção de uma governança ambiental mais eficaz e responsável.

Em resumo, a teoria dos regimes enriquece a compreensão da dinâmica entre meio ambiente, sociedade civil e ação coletiva global. Ela destaca a importância das normas compartilhadas, instituições e interações entre atores estatais e não estatais na promoção da cooperação internacional para enfrentar desafios ambientais.

### **3. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A REAÇÃO INTERNACIONAL**

Nos últimos anos, o fenômeno das alterações climáticas emergiu como um dos maiores desafios globais. Neste capítulo, vamos explorar o contexto das mudanças climáticas, os esforços internacionais para enfrentar esse problema crítico e as dinâmicas políticas que moldam as respostas globais. Vamos analisar as negociações climáticas, os acordos e o aumento da participação da sociedade civil e de organizações não governamentais. As mudanças climáticas transcendem fronteiras e exigem uma resposta global coordenada. O objetivo deste capítulo é analisar como o mundo reage a essa ameaça constante.

#### **3.1 A CONVENÇÃO DO CLIMA**

As mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente têm emergido como um dos maiores desafios globais do século XXI, ameaçando ecossistemas, biodiversidade e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Nesse contexto, a participação ativa da sociedade civil tem se revelado como uma força crucial para impulsionar ações coletivas e influenciar decisões em prol do combate às mudanças climáticas e da preservação do meio ambiente em âmbito internacional.

Foi a partir de 1990 que ficou marcado um período de maior participação da sociedade civil no combate às mudanças climáticas (Fleury et al, 2019). Esse período engloba eventos e acontecimentos marcantes, incluindo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), que resultou na adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), mais conhecida como Convenção do Clima, e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD). Além disso, abarca a realização de conferências posteriores, incluindo a COP21 em Paris, que culminou no Acordo de Paris, estabelecendo metas globais ambiciosas para enfrentar o desafio climático.

A Convenção do Clima, como dito anteriormente surgiu na Cúpula da Terra em 1992 e foi adotada no dia 9 de maio desse mesmo ano, o motivo para sua criação foi a crescente preocupação com as mudanças climáticas e principalmente com suas consequências para o meio ambiente, isso fez com que a sociedade civil se mobilizasse para que fosse levado em conta um acordo internacional para providenciar uma solução para essa problemática. O principal objetivo da UNFCCC é estabilizar as concentrações dos gases do efeito estufa (GEEs) na atmosfera de uma maneira em que não haja riscos e perigos no sistema climático

(Soares & Higuchi, 2014). Hoje a convenção conta com a participação da União Europeia e mais 197 países, todos esses membros se comprometeram a apresentar relatórios em determinados períodos, apresentando suas ações que vêm sendo tomadas para combater as mudanças climáticas e a implementação de medidas para estabelecer os objetivos que foram estabelecidos na convenção (Costa, 2020). Nessa convenção ficou estabelecido um conjunto de princípios fundamentais, o autor Joyeeta Gupta (2010) cita como esses princípios devem ser adotados no sistema internacional, de acordo com Gupta (2010):

*“A convenção inclui cinco conjuntos de princípios, incluindo o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades (CBDR), a atenção às necessidades específicas dos países em desenvolvimento particularmente vulneráveis, a adoção da abordagem precaucionária, sujeita ao princípio da relação custo-eficácia, o reconhecimento de que todos os países têm o direito e devem buscar o desenvolvimento sustentável e a necessidade de apoiar um sistema econômico internacional aberto”*

A estrutura da Convenção do Clima é composta pelas Conferências das Partes (COPs) que são nada mais que reuniões atuais desses países membros com o objetivo de analisar como está o progresso para o cumprimento das metas, realizar negociações de acordos adicionais e também discutir futuras estratégias para o combate às mudanças climáticas, vale destacar que a primeira COP foi realizada em Berlim no ano de 1995, 3 anos depois que a UNFCCC foi criada (Sousa, 2014). A convenção possui alguns órgãos subsidiários, que são: o Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA) e o Subsidiary Body for Implementation (SBI), ambos os órgãos, basicamente, possuem a função de aconselhar em questões técnicas de implementação (Convention On Biology Diversity, 1995). Por fim, temos o Secretariado, sediado em Bonn na Alemanha, que ele próprio está encarregado de organizar as reuniões, fornecer apoio técnico e manter os registros (Soares & Higuchi, 2006).

Os principais resultados e documentos foram o Protocolo de Kyoto de 1997 e o Acordo de Paris de 2015. Partindo para a análise dos principais desafios da convenção, temos o principal deles, que é o estabelecimento de metas mais ambiciosas para justamente cumprir as metas que ficaram estabelecidas no Acordo de Paris e ampliar o envolvimento dos países para adotar essas medidas, ainda mais daqueles que realizam mais emissões de GEEs (Oliveira, 2019). O futuro da convenção nos parece promissor, pois cada vez mais os países aparentam estar mais dispostos e focados em aprimorar os compromissos de redução de

emissões de GEEs e cada vez mais a comunidade está disposta a reforçar as relações e a cooperação global para combater as mudanças climáticas.

### **3.2 A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DO CLIMA**

A participação da sociedade civil no combate às mudanças climáticas e na preservação do meio ambiente no cenário internacional é socialmente relevante e urgente diante dos crescentes desafios ambientais que enfrentamos globalmente.

As mudanças climáticas, juntamente com a degradação do meio ambiente, ameaçam a sustentabilidade do nosso planeta e afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas, especialmente as comunidades mais vulneráveis. Nesse contexto, é essencial compreender o papel ativo que a sociedade civil exerce, como uma força catalisadora de mudanças e como uma voz poderosa que pode influenciar decisões políticas e ações em prol do meio ambiente.

A atuação da sociedade civil é fundamental para pressionar governos e instituições internacionais a adotarem políticas mais ambiciosas e ações concretas para enfrentar as mudanças climáticas e proteger o meio ambiente. Ademais, ao conhecer o impacto positivo das ações da sociedade civil em conferências ambientais e negociações internacionais, poderemos fortalecer o processo de tomada de decisões mais inclusivas e representativas, garantindo que as vozes e preocupações das comunidades afetadas sejam consideradas. A participação da sociedade civil pode ser um poderoso instrumento para impulsionar ações sustentáveis e mais justas, garantindo um futuro resiliente para as próximas gerações.

Os autores M.S Saidul Islam e Edson Kieu (2021) retratam sobre essa importância da luta da sociedade civil contra as mudanças climáticas, de acordo com Islam & Kieu (2021):

*“As mudanças climáticas têm sido uma questão política importante em todo o mundo, e os movimentos sobre mudanças climáticas nos níveis internacional e nacional são vistos como um componente crítico da mudança social. Estudos sociológicos têm destacado que as instituições da sociedade civil podem desempenhar um papel fundamental no início da mudança social por meio da mobilização dos cidadãos. As interações da sociedade civil ocorreram fora das ações de mercado ou governamentais, e sua importância foi reconhecida pelo IPCC, que destacou que tais movimentos podem influenciar políticas por meio de três ações: defesa de políticas, pesquisa de políticas e abertura de espaço para reformas políticas. Os movimentos alteraram a paisagem social de maneira fundamental ao enquadrar as queixas de maneira ressonante: fornecendo definições de problemas,*

*atribuindo culpa e responsabilidade e examinando as opções para resolver os problemas levantados. No entanto, o esforço por si só tem sido insuficiente sem a mobilização de capital humano e financeiro para a mudança social, por exemplo, mudanças nos resultados de políticas, estabelecimento de novas instituições e regimes internacionais. (ISLAM & KIEU, 2021, p.6)”*

Partindo para a participação da sociedade civil na Convenção do Clima, podemos dizer que a presença da sociedade civil foi notável em diversos aspectos durante este evento histórico. Primeiramente, ela foi representada em muitas das delegações nacionais que participaram das negociações, o que possibilitou que suas vozes fossem diretamente incluídas nas discussões e decisões.

Além disso, foi realizado o Fórum Global de ONGs Ambientais paralelamente à UNFCCC. Esse fórum proporcionou um espaço vital para que organizações da sociedade civil pudessem se reunir e debater questões ambientais cruciais, incluindo as mudanças climáticas (Tristão e Tristão, 2016).

A participação da sociedade civil se estendeu também aos eventos paralelos, nos quais muitas ONGs e grupos organizaram e participaram de debates, apresentações, painéis e discussões relacionadas às mudanças climáticas. Nesses fóruns, puderam compartilhar conhecimentos, apresentar soluções inovadoras e discutir estratégias para enfrentar esse desafio global, a sociedade civil tem um papel fundamental nas negociações, grupos e organizações pressionaram os negociadores dos governos a adotarem posições mais ambiciosas e eficazes para abordar as mudanças climáticas (Fleury et al., 2019).

A participação da sociedade civil nas Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) tem sido vital e crescente ao longo dos anos, nesses eventos, a sociedade civil desempenha um papel crucial. ONGs, grupos ativistas, acadêmicos e especialistas em questões ambientais têm a oportunidade de se envolver em vários aspectos, essa grande participação é destacada por Oliveira (2023):

*“A gigantesca participação da sociedade civil foi evidenciada pelas atividades das organizações não governamentais (ONGs) e da população em geral no centro da cidade do Rio de Janeiro, tanto na Rio 92 quanto na Rio+20, ainda que apartadas dos diplomatas reunidos a cerca de 40km dali. (OLIVEIRA, 2023, p.1)”*

As COPs têm se tornado cada vez mais inclusivas, reconhecendo a importância de trazer diferentes perspectivas para a mesa de negociações. Isso reflete a compreensão de que a

luta contra as mudanças climáticas é uma responsabilidade coletiva que requer a colaboração de governos, organizações da sociedade civil e cidadãos em geral. A voz e a influência da sociedade civil nessas conferências são essenciais para impulsionar a ação climática e garantir que as políticas e acordos sejam verdadeiramente representativos e eficazes na busca por um futuro mais sustentável.

A autora Dana R. Fischer (2010) nos traz um estudo exclusivo da participação da sociedade civil na COP-15, conhecida também como Convenção de Copenhague, conforme Fischer & Green (2004) apud Fischer (2010):

*“O regime climático tem fornecido múltiplos exemplos das formas como a sociedade civil e os países em desenvolvimento vivenciam e superam o desempoderamento, ou seja, "ser privado da capacidade de participar e influenciar a definição da agenda e a tomada de decisões. Para os atores da sociedade civil em particular, evitar o desempoderamento envolve tanto o acesso às negociações quanto à influência dentro delas. Embora os observadores de ONGs tivessem acesso ilimitado ao registro para a rodada de negociações da COP-15, a participação foi significativamente reduzida assim que as negociações começaram e os atores da sociedade civil experimentaram um aumento no desempoderamento. A interação entre três forças principais levou ao desempoderamento da sociedade civil na COP-15: aumento do registro, planejamento deficiente pelos organizadores dinamarqueses e pelo Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e a fusão dos movimentos. (FISCHER, 2010, p.11)”*

Foi a partir da COP-15 que passou a ser realizado um esforço extremo para o reconhecimento da sociedade civil, isso tudo devido a frustração da sociedade civil e dos ativistas climáticos, foi graças a essa mobilização que hoje temos uma maior inclusão de ONGs, movimentos ativistas e da sociedade civil nos assuntos e reuniões de combate às mudanças climáticas.

### **3.3 A ATUAÇÃO DAS ONGs**

A participação da WWF, Greenpeace e CAN (Climate Action Network) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) tem sido substancial e influente ao longo dos anos, dada a natureza central de suas missões e o foco na proteção do meio ambiente, especialmente no contexto das mudanças climáticas. O autor Kai

Raustiala (1997) fala a respeito da crescente influência das ONGs nas conferências, segundo Raustiala (1997):

*“Nas reuniões das Partes, as ONGs têm sido observadores ativos e participantes. Elas têm feito declarações formais perante a plenária, algo que anteriormente apenas os estados podiam fazer. Por exemplo, nas reuniões de 1992, foram feitas quatro dessas declarações formais (PNUMA, 1992). A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (1992) contém uma redação quase idêntica à do Protocolo de Montreal, assim como a Convenção sobre Diversidade Biológica (1992). A Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (1989) é também similar, com a participação de ONGs limitada às que possuem "qualificações" em campos relacionados aos resíduos perigosos. (RAUSTIALA, 1997, p. 723)”*

A CAN se trata de uma rede de ONGs, incluindo WWF e Greenpeace, que conta com mais de 1.900 organizações da sociedade civil e estão localizadas em 130 países diferentes, é essa rede que impulsiona a ação coletiva para combater as mudanças climáticas, também é a CAN que possui mais representatividade na ONU, em resumo essa rede é a “líder” na coordenação da sociedade civil nas negociações climáticas, assim como ocorre até os dias de hoje nas COPs (CAN, s.d.).

A WWF é uma das organizações de conservação mais renomadas e ativas na arena das mudanças climáticas. Ela se destaca por fornecer análises científicas sólidas, dados e insights sobre as mudanças climáticas e suas implicações (WWFa, s.d.). Durante as COPs, a WWF participa ativamente na zona de observadores, onde fornece informações técnicas aos delegados governamentais e à imprensa, além disso, organizam eventos, painéis e workshops que destacam a urgência das ações climáticas e apresentam soluções sustentáveis (WWFb, 2021). A WWF também colabora com delegações governamentais, compartilhando sua experiência e conhecimento para ajudar a moldar políticas mais eficazes no combate às mudanças climáticas (WWFc, s.d.).

A WWF desempenha um papel vital nas COPs da UNFCCC. Sua participação se destaca pela apresentação de pesquisas e análises baseadas em dados concretos sobre os impactos das mudanças climáticas na biodiversidade e nos ecossistemas, além do mais, a WWF trabalha para garantir que a adaptação e a mitigação estejam no centro das discussões e ações climáticas (WWFc, s.d.).

O Greenpeace é conhecido por seu ativismo vigoroso e muitas vezes é uma das vozes mais proeminentes na UNFCCC. Durante as COPs, o Greenpeace organiza ações e protestos

pacíficos para chamar a atenção para a urgência das mudanças climáticas. Eles muitas vezes utilizam mídias sociais e outros canais para mobilizar o público e os delegados presentes nas COPs (Greenpeace, s.d.). Sua participação visa aumentar a conscientização sobre as questões climáticas e garantir que a voz da sociedade civil seja ouvida de maneira vigorosa. Durante as COPs, o Greenpeace organiza manifestações pacíficas, protestos criativos e eventos para destacar a necessidade de ações urgentes. O Greenpeace usa sua voz e presença para pressionar por políticas climáticas mais ambiciosas e para destacar a importância de proteger ecossistemas globais, eles também fornecem análises e avaliações independentes sobre os compromissos e ações dos governos (Greenpeace, s.d.).

Essas ONGs desempenham papéis distintos, mas complementares, na UNFCCC, trabalhando juntas para garantir que a voz da sociedade civil seja ouvida e que as ações globais contra as mudanças climáticas sejam ambiciosas e eficazes. Suas contribuições são cruciais para enfrentar o desafio das mudanças climáticas de maneira coordenada e eficaz.

#### **4. CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Este capítulo procura analisar os efeitos e contribuições, ao longo dos anos, da sociedade civil no combate às mudanças climáticas, analisando a participação das ONGs (WWF, Greenpeace e CAN) nas COPs mais marcantes em sua história, a COP 15 que foi o pontapé inicial para a participação ativa das ONGs nessas conferências, a COP 21 que resultou no Acordo de Paris e as COPs 24 e 25 que buscaram implementar as medidas tomadas para implementação do Acordo de Paris. Analisaremos também as estratégias de lobby e advocacy que essas organizações possuem, os métodos educativos que utilizam e inclusive como a tecnologia pode ser utilizada para contribuir com a educação ambiental e por fim retomar o olhar da Escola Inglesa e da Teoria dos Regimes perante essas contribuições.

##### **4.1 INTERVENÇÃO NAS COPs E NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS**

Entender o papel ativo da sociedade civil nas COPs da UNFCCC é crucial para analisar as contribuições dessas organizações na luta contra as mudanças climáticas. Neste capítulo, vamos explorar em detalhes como as ONGs se envolvem nas COPs e exercem influência nas negociações climáticas internacionais. A participação dessas ONGs

desempenha um papel fundamental ao pressionar os governos e moldar políticas que abordam as mudanças climáticas em escala global.

#### 4.1.1 COP 15

A COP 15, a 15ª Conferência das Partes da UNFCCC, realizada em Copenhague, Dinamarca, em 2009, foi um marco crucial no contexto das negociações climáticas globais. Esta conferência foi marcada por um aumento significativo da participação e influência das ONGs na busca por soluções climáticas.

As ONGs desempenharam um papel fundamental ao trazerem suas vozes e agendas para a arena internacional. Elas mobilizaram a sociedade civil global, aumentando a conscientização sobre a urgência das mudanças climáticas e pressionando os líderes mundiais a tomarem medidas concretas para enfrentar esse desafio premente.

Durante a COP 15, as ONGs organizaram uma série de eventos paralelos, conferências, workshops e manifestações, trazendo à tona uma variedade de temas e questões relacionadas às mudanças climáticas. Elas destacaram a necessidade de ações imediatas e significativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, adaptar-se às mudanças climáticas e financiar iniciativas sustentáveis.

Além de levantar a voz, as ONGs apresentaram propostas concretas para abordar as questões climáticas, muitas vezes fornecendo soluções inovadoras baseadas em evidências e melhores práticas. Elas também colaboraram com governos, outros grupos da sociedade civil e o setor privado para encontrar áreas de convergência e formas eficazes de abordar os desafios.

No entanto, a COP 15 também foi marcada por desafios e tensões. As negociações foram complexas, e as expectativas iniciais não foram totalmente atendidas em termos de um acordo global ambicioso. Isso gerou uma série de manifestações e protestos por parte das ONGs e da sociedade civil, demonstrando sua insatisfação e demandando ação urgente. O autor Alex Cavalcante Alves (2020) em sua revista destaca como a sociedade civil foi deixada de lado nessa COP, mas destacou que as ONGs devem ter o devido respeito e ser também consideradas como *players* da conferência. De acordo com Abranches (2010) apud Alves (2021):

*“Em reuniões exclusivas de Chefes de Estado e de Governo, dificilmente entidades da sociedade civil são chamadas a participar. De acordo com o relatado por ABRANCHES*

*(2010), em momentos de decisões relevantes e lotação do espaço da conferência, as credenciais dos representantes das entidades da sociedade civil eram as primeiras a serem sacrificadas.(ALVES, 2021, p. 15)”*

Apesar das complexidades e do desfecho da COP 15, a participação ativa e influente das ONGs nesse evento foi crucial para estabelecer um precedente de envolvimento da sociedade civil nas futuras COPs e para garantir que as vozes das comunidades afetadas pelas mudanças climáticas sejam ouvidas nos fóruns globais de tomada de decisão.

Assim, a COP 15 marca um ponto de inflexão onde as ONGs, juntamente com outros atores, intensificaram seus esforços para abordar as mudanças climáticas, destacando a necessidade de colaboração, ação concreta e responsabilidade global para enfrentar esse desafio complexo e interconectado.

#### **4.1.2 COP 21**

A COP 21, realizada em Paris, França, em 2015, foi um evento histórico no contexto da luta contra as mudanças climáticas. Representou um ponto crucial nas negociações globais sobre o clima, com o objetivo de alcançar um acordo ambicioso e universal para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e limitar o aumento da temperatura global abaixo de 2 graus Celsius, se possível, abaixo de 1,5 graus Celsius.

As ONGs desempenharam um papel significativo na preparação e participação da COP 21, porém enquanto o número de delegações presentes aumentou, o número de entidades e representantes da sociedade civil diminuiu. Antes da conferência, elas foram ativas na mobilização da sociedade civil, conscientizando sobre a urgência das mudanças climáticas e instando os governos a adotarem ações mais robustas. De acordo Alves (2021):

*“Verifica-se, portanto, que o número de delegados governamentais praticamente triplicou entre as duas Conferências, enquanto o número de delegados das ONGs seguiu o caminho inverso, sendo reduzido a cerca de um terço, apesar do aumento de 33% no número de entidades representadas. Todavia, apesar do decréscimo quantitativo de representantes da sociedade civil, não necessariamente houve perda de efetividade ou qualidade dessa participação.(ALVES, 2021, p. 17)”*

Durante a COP 21, as ONGs estiveram presentes em um número menor que o da COP 15, mas mesmo assim representaram uma ampla gama de interesses e questões relacionadas

ao clima. Elas organizaram eventos paralelos, painéis de discussão e atividades para conscientizar sobre as mudanças climáticas e pressionar os líderes mundiais a tomar medidas concretas. Além disso, muitas ONGs estiveram envolvidas em coalizões e grupos de interesse para garantir que suas vozes fossem ouvidas e que as negociações refletissem a necessidade de ação urgente.

Uma das contribuições mais notáveis das ONGs durante a COP 21 foi a criação de um forte apoio público e político para um acordo climático ambicioso. Elas trabalharam para ampliar a conscientização sobre as mudanças climáticas e promoveram a importância de um acordo global que fosse eficaz e equitativo. As ONGs também influenciaram os debates e forneceram insights valiosos para as negociações, muitas vezes propondo soluções inovadoras e sustentáveis.

O papel das ONGs na COP 21 não se limitou à conferência em si, mas também ao impulso contínuo para a implementação do Acordo de Paris após sua conclusão. Elas têm monitorado os progressos e desafios, responsabilizando os governos e atuando como catalisadores para a ação climática em todo o mundo.

No pós-COP 21, as ONGs continuam a trabalhar ativamente para garantir que as metas e compromissos estabelecidos durante a conferência sejam cumpridos. Elas desempenham um papel crucial na sensibilização pública contínua e na defesa de políticas eficazes para enfrentar as mudanças climáticas, demonstrando a importância de uma sociedade civil engajada e informada na busca por soluções para um dos desafios mais prementes de nosso tempo.

#### **4.1.3 COP 24**

A COP 24, realizada em 2018 em Katowice, Polônia, marcou um ponto crucial nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. O principal objetivo desta conferência era finalizar as diretrizes do Acordo de Paris, ou seja, definir como os países deveriam reportar suas ações de redução de emissões e assumir responsabilidade por elas.

Os autores Barry Gills e Jamie Morgan nos trazem uma curta e interessante descrição sobre como foi a COP 24 para a sociedade civil e para os demais signatários, com isso Gills & Morgan (2022):

*“A COP24 também foi cenário e foco de crescente ação civil e desobediência. No entanto, para a maioria de nós, a COP24 passou como um relâmpago, tornando-se mais um em uma longa linha de relatórios que nos causam ansiedade*

*sobre o problema climático. (GILLS & MORGAN, 2022, p. 896)”*

As ONGs apresentaram um salto fundamental durante a COP 24 para a participação pós-conferência e de próximas conferências. Estiveram presentes em grande número, representando uma variedade de questões e grupos de interesse. As ONGs, assim como na COP 15, organizaram eventos paralelos, workshops e atividades de sensibilização para manter a atenção global sobre a urgência das mudanças climáticas e a necessidade de ações concretas e imediatas.

Uma das principais contribuições das ONGs foi manter a pressão sobre os líderes mundiais para que adotassem compromissos mais ambiciosos. Elas trabalharam ativamente para aumentar a conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas e garantir que os acordos alcançados na COP 24 fossem eficazes e justos. Além disso, muitas ONGs estiveram envolvidas em coalizões e grupos de interesse, fornecendo informações e soluções inovadoras para os desafios apresentados.

As ONGs também têm um papel vital no monitoramento e na transparência das ações dos países. Ajudam a garantir que os compromissos e metas assumidos durante a COP 24 sejam cumpridos e que os países sejam responsabilizados por suas promessas.

#### **4.1.4 COP 25**

A COP 25, realizada em Madri, Espanha, em 2019, foi um evento crucial no cenário das negociações climáticas internacionais. A conferência tinha como objetivo principal finalizar as regras de implementação do Acordo de Paris, visando garantir que cada país adotasse medidas tangíveis e efetivas para combater as mudanças climáticas.

As ONGs desempenharam um papel vital durante a COP 25, marcando presença significativa. Elas trouxeram perspectivas valiosas e representaram uma variedade de interesses, desde a justiça climática até a adaptação das comunidades mais vulneráveis. Vemos essa presença significativa pelo relatório de Mari Luomi (2019), ela nos traz considerações muito importantes quando se trata do estudo da COP 25, tendo isso em vista, Luomi (2019):

*“Madri também atraiu um número significativo de participantes: mais de 22.000 indivíduos e 1.000 organizações da sociedade civil estiveram presentes, com muitos marchando pelas ruas e alguns protestando no local,*

*clamando por ações ambiciosas e justiça climática. (LUOMI, 2019, p. 6)”*

As ONGs organizaram diversos eventos paralelos, conferências, apresentações e atividades de conscientização ao longo da conferência. Essas iniciativas foram fundamentais para manter o foco global na urgência das mudanças climáticas e na necessidade de ações coletivas imediatas.

Uma das principais contribuições das ONGs foi a pressão constante sobre os líderes mundiais para que adotassem compromissos mais ambiciosos. Elas destacaram a importância de metas concretas e verificáveis para redução de emissões, resiliência climática e apoio financeiro aos países em desenvolvimento.

Além disso, muitas ONGs estiveram envolvidas em debates e negociações, trazendo perspectivas da sociedade civil e oferecendo soluções inovadoras para os desafios climáticos. Também promoveram a conscientização sobre a necessidade de justiça climática, destacando que as comunidades mais impactadas pelas mudanças climáticas muitas vezes são as que menos contribuíram para essa crise.

## **4.2 CAMPANHAS E ADVOCACY NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

A batalha contra as mudanças climáticas é não apenas uma busca por soluções técnicas, mas também uma luta por conscientização, engajamento e influência na esfera pública e política. Analisaremos a concentração no poder das estratégias de comunicação e defesa (advocacy) lideradas por organizações da sociedade civil para mobilizar e educar a população global sobre as ameaças prementes das mudanças climáticas.

A WWF, Greenpeace e CAN, dentre outras organizações, têm sido líderes nesse domínio, utilizando campanhas inovadoras e advocacy estratégico para provocar mudanças tanto a nível de políticas quanto de comportamento. Suas abordagens vão desde a mobilização massiva em redes sociais até ações diretas em pontos críticos de decisão, buscando sensibilizar e instigar ações eficazes para enfrentar a crise climática. Vemos ainda melhor a justificativa das ONGs serem líderes nesse assunto por causa da obra de Adam Corner, Ezra Markowitz e Nick Pidgeon (2014), consoante Corner et al. (2014):

*“Houve um aumento no interesse acadêmico sobre como as orientações de valor moldam o envolvimento com as mudanças climáticas. No entanto, houve talvez um interesse ainda maior entre os praticantes da comunicação sobre mudanças climáticas - ou seja, organizações não*

*governamentais (ONGs), grupos da sociedade civil e autoridades governamentais - ansiosos para entender como engajar de forma mais eficaz o público nessa questão. (CORNER et al, 2014, p. 416)”*

Neste contexto, exploraremos as campanhas marcantes e estratégias de advocacy que essas organizações têm empregado para chamar a atenção para as mudanças climáticas e fomentar a adesão a políticas climáticas mais ambiciosas. Analisaremos os métodos, narrativas e canais utilizados para atingir diferentes audiências e disseminar a conscientização sobre a urgência de ações concretas para mitigar as mudanças climáticas.

Começaremos pelas campanhas de sensibilização pública, onde temos como um dos principais, o movimento Fridays for Future, iniciado pela ativista Greta Thunberg, esta campanha envolve greves estudantis globais, destacando a urgência das ações climáticas e pressionando os líderes a tomarem medidas imediatas (Fridays for Future USA, 2023).

Quando remetemos à questão de advocacy, podemos dizer que muitas organizações conduzem lobby junto a legisladores e governos para influenciar políticas e legislações favoráveis ao meio ambiente, além disso a própria participação das ONGs nas COPs é uma representatividade para advogar por políticas mais ambiciosas e também para pressionar os governos para cumprirem o que ficou acordado em cada conferência, tal como a WWF, Greenpeace e CAN fazem (Pandey, 2015). A sociedade civil também pode se mobilizar para realizar ações judiciais e processos legais, ela entra com ações judiciais para responsabilizar governos e corporações por práticas prejudiciais ao clima.

Por fim, temos as campanhas de pressão corporativa, dando destaque para campanhas de desinvestimento fóssil que incentivam investidores e instituições a retirar investimentos de indústrias de combustíveis fósseis para desencorajar a exploração e o uso desses combustíveis, com isso temos que levar em consideração a responsabilidade corporativa, realizando campanhas para que empresas assumam a responsabilidade de suas emissões de carbono e adotem práticas sustentáveis (Johansmeyer, 2022). Um método que chama mais atenção com o passar do tempo, são as petições online que buscam uma grande quantidade de assinaturas para pressionar políticos e corporações a agirem. Outro método que merece a devida atenção, por mais que não seja tão impactante, é a mobilização comunitária que consiste no engajamento de comunidades locais, em Belize, Barbados, Venezuela e em vários outros países espalhados pelo mundo. Esse engajamento consiste em realizar ações de conscientização, plantio de árvores, coleta de lixo, entre outras atividades em suas comunidades. (UN News, 2022).

### 4.3 CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A AÇÃO CLIMÁTICA

No enfrentamento das mudanças climáticas, a sociedade civil desempenha um papel fundamental não apenas como crítica e mobilizadora, mas também como educadora. Iremos conhecer a poderosa contribuição das organizações, WWF, Greenpeace e CAN, na educação e capacitação das pessoas para a ação diante da crise climática.

A consciência sobre as mudanças climáticas não é suficiente; a ação eficaz exige compreensão, habilidades e capacitação. As ONGs capacitam as comunidades a tomar medidas informadas e a advogar por políticas e práticas mais sustentáveis. Ademais, a tecnologia desempenha um papel crucial nesse processo. Plataformas online, recursos interativos e mídias sociais são utilizados para alcançar um público global, democratizando o acesso ao conhecimento e incentivando a participação ativa. Essa abordagem inovadora capacita indivíduos a fazer escolhas conscientes e a influenciar as políticas climáticas em seus respectivos contextos.

Começaremos abordando o conceito de educação ambiental que é extremamente crucial para o conhecimento da área do combate às mudanças climáticas, a autora Maria Quintão (2011) nos traz esse conceito, conforme Quintão (2011):

*“A educação ambiental é ato ou efeito da aplicação de métodos próprios para assegurar a aprendizagem sistêmica envolvendo conhecimentos, habilidades, posturas e comportamentos responsáveis na convivência sustentável, socialmente justa e economicamente viável com o ambiente planetário. (QUINTÃO, 2011, p. 1)”*

A educação climática busca aumentar a compreensão das mudanças climáticas, seus impactos e as possíveis soluções. Desde escolas até universidades e programas de educação pública, o objetivo é garantir que as gerações presentes e futuras estejam equipadas com conhecimentos para agir de maneira sustentável (Oliveira et al, 2021). Isso inclui ensinar as bases da ciência climática, discutir práticas de consumo responsável e fomentar o ativismo ambiental.

Além da educação, programas de capacitação específicos têm ganhado destaque. Eles visam capacitar os indivíduos a se tornarem agentes ativos na luta contra as mudanças climáticas. Estes programas fornecem habilidades práticas, ferramentas e recursos necessários para liderar iniciativas sustentáveis, participar de ativismo climático e influenciar políticas (Oliveira et al, 2021). Eles podem abranger áreas como redução de resíduos, eficiência energética, mobilidade sustentável e práticas agrícolas responsáveis.

Garantir que a educação climática seja inclusiva e diversificada é essencial. Ela deve estar acessível a todas as comunidades, independentemente de sua localização geográfica ou status socioeconômico, deve ser culturalmente sensível, adaptada às necessidades e realidades de diferentes grupos demográficos (Jacobi et al, 2011). A inclusão de perspectivas diversas enriquece o diálogo e cria soluções mais abrangentes e eficazes.

O objetivo da educação e capacitação climática é cultivar uma mentalidade sustentável a longo prazo, tal qual as ONGs realizam esse papel para a comunidade, não só a WWF, Greenpeace e CAN, mas a sociedade civil como um todo. Isso implica não apenas compreender a urgência das ações climáticas, mas também incorporar práticas sustentáveis no estilo de vida cotidiano. A educação climática busca transformar atitudes, comportamentos e hábitos para que a ação climática se torne parte integrante da vida de cada indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade como um todo (Jacobi et al, 2011).

#### **4.4 INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

A inovação e a tecnologia emergem como pilares transformadores na luta global contra as mudanças climáticas, potencializando a capacidade da sociedade civil de se envolver, colaborar e promover mudanças significativas. É aqui que vemos a fundo o papel desses avanços como ferramentas fundamentais na eficácia das ONGs, para impulsionar ações e influenciar políticas.

A rápida evolução tecnológica oferece uma ampla gama de soluções inovadoras, desde plataformas digitais até aplicativos móveis e ferramentas de análise de dados. Essas inovações capacitam a sociedade civil a alcançar públicos mais amplos, compartilhar informações de maneira eficaz, mobilizar recursos e promover conscientização em grande escala sobre a urgência climática.

Ademais, a inovação também abarca novos modelos de negócios e parcerias estratégicas, criando ecossistemas colaborativos que fortalecem a resposta coletiva às mudanças climáticas. As organizações buscam parcerias interdisciplinares e colaborações inovadoras para criar sinergias e promover abordagens holísticas para os desafios climáticos.

As ONGs têm adotado plataformas digitais e redes sociais para ampliar sua presença e alcance. Estas ferramentas proporcionam um espaço para conscientização, engajamento e mobilização em massa da sociedade em relação às mudanças climáticas. Campanhas online, petições digitais e compartilhamento de informações são estratégias frequentemente

utilizadas. Os autores Aleksandrina V. Mavrodieva, Okky K. Rachman, Vito B. Harahap e Rajib Shaw (2019) nos trazem o uso das redes sociais como uma ferramenta de *soft power* e vemos seu grande potencial a partir da seguinte citação, Mavrodieva et al (2019):

*“Vários governos, desde Obama e Trump até Xi Jinping, bem como atores não estatais, como organizações terroristas, estão recorrendo cada vez mais às redes sociais para transmitir suas mensagens políticas e moldar a opinião pública. Se o soft power é a "segunda face do poder", como descrito por Nye, e a mídia é o "quarto poder", então as redes sociais, como a nova plataforma de comunicação em massa, são sua nova ferramenta. (MAVRODIEVA et al, 2019, p. 4)”*

O desenvolvimento de aplicativos e ferramentas interativas ajuda a conscientizar e educar a comunidade sobre as mudanças climáticas. Estes recursos fornecem informações sobre práticas sustentáveis, carbono neutro e dicas para redução de emissões, capacitando as pessoas a tomar decisões mais informadas.

O uso de tecnologias inovadoras, como satélites, sensores e drones, possibilita o monitoramento preciso das mudanças ambientais. Isso permite que as ONGs coletem dados em tempo real sobre a saúde dos ecossistemas, desmatamento, poluição e outros aspectos relevantes para o combate às mudanças climáticas.

As ONGs têm explorado modelos de colaboração, como o *crowdsourcing* e a ciência cidadã, para envolver a comunidade no monitoramento e coleta de dados ambientais. Isso não apenas amplia a quantidade de informações disponíveis, mas também fomenta o engajamento e a participação ativa da população.

ONGs têm apoiado a inovação em energias renováveis e tecnologias voltadas para a eficiência energética. Isso inclui o desenvolvimento de soluções de energia limpa, armazenamento de energia e iniciativas de acesso à energia em comunidades de baixa renda que conseqüentemente auxiliam no combate às mudanças climáticas, por adotarem medidas energéticas mais sustentáveis, é fundamental o apoio estatal para que seja contido possíveis chantagens das empresas de fontes de energias não renováveis e para que haja investimentos nessas inovações estratégicas, principalmente visando tecnologias mais sustentáveis que irão descarbonizar a energia (Mazzucato, 2014).

A inovação e a tecnologia têm se revelado catalisadoras poderosas nas mãos das ONGs no enfrentamento das mudanças climáticas. Ao integrar soluções tecnológicas inovadoras em suas estratégias, as organizações não apenas aumentam sua eficiência, mas também capacitam a sociedade civil a agir de forma mais informada, engajada e eficaz na

busca por um futuro sustentável e resiliente ao clima. Este avanço é fundamental para abordar os desafios complexos e urgentes que o nosso planeta enfrenta.

#### **4.5 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA PERSPECTIVA DAS TEORIAS DE RI**

Este subtópico tem como objetivo analisar as contribuições da sociedade civil, que foram vistas ao longo do capítulo, do ponto de vista da teoria da Escola Inglesa e da teoria dos regimes, se tais teorias puderam prever as ações que a sociedade civil e as ONGs tomam até hoje ou se foram obtidos resultados inesperados pelos teóricos.

##### **4.5.1 PERSPECTIVA DA ESCOLA INGLESA**

A Escola Inglesa de Relações Internacionais, com suas bases históricas e teóricas sólidas, oferece uma perspectiva única para compreender as dinâmicas da sociedade civil no contexto global. Essa abordagem teórica concentra-se no sistema internacional como uma comunidade de Estados soberanos, onde as interações entre esses Estados são moldadas por normas, valores e instituições (Bull, 2012).

Dentro do paradigma da Escola Inglesa, a sociedade civil surge como um ator influente, mas sua posição é amplamente mediada pelo Estado (Souza, 2023). O foco está nas interações entre os Estados e em como a sociedade civil pode influenciar as políticas externas desses Estados. Isso está alinhado com a ideia de que as ações da sociedade civil são frequentemente facilitadas ou limitadas pelas políticas e interesses dos Estados.

A Escola Inglesa reconhece a importância da sociedade civil como um canal fundamental para disseminar valores e normas em escala global. ONGs, como a WWF e o Greenpeace, desempenham um papel crucial na promoção de agendas ambientais globais. Suas campanhas, pesquisas e defesa contribuem para espalhar preocupações ambientais e promover normas sustentáveis em um contexto internacional.

No entanto, a Escola Inglesa também destaca os desafios enfrentados pela sociedade civil. Uma vez que os governos possuem o controle exclusivo sobre o poder coercitivo, a sociedade civil tem sua influência na tomada de decisões limitada (Piana, 2009). Além disso, o sucesso das ONGs em alcançar seus objetivos depende de sua habilidade em moldar as preferências dos governos e influenciar na formulação de políticas.

Portanto, a Escola Inglesa fornece uma estrutura analítica valiosa para entender como a sociedade civil, representada por ONGs e movimentos ambientais, se insere na sociedade de Estados soberanos e como suas ações podem contribuir para a mudança no cenário internacional. Este ponto de vista é complementar a outras teorias, como a Teoria dos Regimes, que abordaremos a seguir.

#### **4.5.2 PERSPECTIVA DA TEORIA DOS REGIMES**

A Teoria dos Regimes, uma das teorias mais influentes na área de Relações Internacionais, oferece uma perspectiva especializada para entender o envolvimento da sociedade civil em questões ambientais, como as mudanças climáticas. Essa teoria sugere que acordos internacionais, conhecidos como “regimes”, desempenham um papel central na governança global e na cooperação entre os países (Krasner, 1982). No entanto, a abordagem da Teoria dos Regimes também reconhece o crescente impacto da sociedade civil na elaboração e influência desses acordos.

A Teoria dos Regimes parte do pressuposto de que em um mundo complexo e interconectado, problemas transnacionais como as mudanças climáticas exigem uma abordagem colaborativa (Keohane & Nye, 1977). Os regimes climáticos, representados por tratados como o Acordo de Paris, estabelecem normas e regras compartilhadas para lidar com as mudanças climáticas globalmente.

A sociedade civil, incluindo ONGs como WWF, Greenpeace e CAN, desempenha um papel fundamental ao incentivar a cooperação internacional em assuntos relacionados ao clima. Frequentemente essas organizações atuam como catalisadoras ao pressionar os países a adotarem abordagens mais ambiciosas no combate às mudanças climáticas.

Um dos principais aspectos da Teoria dos Regimes é a ideia de que os regimes climáticos fornecem um espaço para o engajamento da sociedade civil (Nye, 1999). As COPs da UNFCCC são exemplos notáveis desses espaços de discussão. Aqui, ONGs, defensores e especialistas têm a capacidade de impactar as negociações, defender objetivos mais ambiciosos e pressionar os governos para cumprir suas obrigações.

A Teoria dos Regimes também destaca a importância do monitoramento e da transparência, áreas em que a sociedade civil desempenha um papel crucial. As organizações de defesa do meio ambiente podem contribuir para responsabilizar os Estados, garantindo o cumprimento de suas obrigações nos acordos climáticos.

No entanto, com base na teoria, devemos também reconhecer os desafios e obstáculos enfrentados pela sociedade civil, incluindo restrições no acesso às negociações e a influência das principais potências. Superar esses desafios requer estratégias eficazes de advocacia, formação de coalizões e uma compreensão profunda dos mecanismos dos regimes climáticos.

Resumindo, a perspectiva da Teoria dos Regimes fornece uma visão valiosa sobre como a sociedade civil interage com os regimes climáticos internacionais e desempenha um papel fundamental na busca por soluções para as mudanças climáticas globais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Primeiramente, é importante destacar que, à medida que as ONGs e a sociedade civil continuam a participar ativamente nas COPs, observamos um aumento significativo nessa participação, o que tem funcionado muito bem. Sempre que um país expressa insatisfações ou sugestões para lidar com as mudanças climáticas, isso se torna uma questão relevante, é uma luta que não pode ser ignorada. Portanto, é importante fazer um esforço conjunto para obter reconhecimento internacional.

No contexto das mudanças climáticas, a conscientização e a defesa desempenham um papel fundamental na mobilização da sociedade civil e na influência sobre políticas e comportamentos. As ONGs se destacam por suas estratégias inovadoras e eficazes para lidar com esse problema global. A luta contra as mudanças climáticas envolve desafios técnicos, mas também a conscientização pública e a influência política. Essas organizações estão na vanguarda da promoção da educação ambiental e de iniciativas climáticas mais ambiciosas, utilizando táticas que vão desde a mobilização em massa nas redes sociais até a ação direta na tomada de decisões em áreas importantes.

A conscientização sobre o impacto das mudanças climáticas é o primeiro passo para combatê-las, mas a ação eficaz requer compreensão, habilidades e treinamento. As ONGs conduzem programas para capacitar as pessoas a tomar decisões informadas e advogar por políticas mais sustentáveis. Algumas tecnologias, incluindo plataformas online, recursos interativos e mídias sociais, democratizam o acesso ao conhecimento e incentivam a participação ativa. Essa nova abordagem permite que indivíduos se tornem educadores conscientes e influenciadores da política climática em seus contextos. A educação ambiental, como explicado por Maria Quintão (2011), é fundamental para garantir que as gerações atuais e futuras estejam preparadas para o futuro de maneira sustentável e socialmente justa. Isso

inclui o ensino dos fundamentos da ciência do clima, a promoção de práticas responsáveis de gerenciamento de recursos e o ativismo ambiental.

A inovação e a tecnologia emergem como pilares transformadores na luta global contra as mudanças climáticas, permitindo que os cidadãos participem, cooperem e se tornem agentes de mudanças significativas. Aqui, vemos o papel fundamental das pessoas nesse desenvolvimento como a base para as ferramentas de eficácia das ONGs, impulsionando ações e influenciando políticas. O rápido avanço tecnológico oferece muitas novas soluções, desde plataformas digitais até aplicativos móveis e ferramentas de análise de dados. Essas inovações permitem que os cidadãos alcancem um público mais amplo, compartilhem informações de forma mais eficiente, mobilizem recursos e promovam uma maior conscientização sobre emergências climáticas.

Por fim, a Escola Inglesa reconhece a importância da sociedade civil como fonte fundamental para a difusão de valores e normas em escala global. ONGs, como WWF e Greenpeace, implementam um papel crucial na promoção de agendas ambientais em todo o mundo. Suas campanhas, pesquisas e defesa ajudam a disseminar preocupações ambientais e promover padrões sustentáveis em um contexto internacional. No entanto, a Escola Inglesa também destaca os desafios enfrentados pela sociedade civil. Uma vez que os governos possuem ou controlam diferentes tipos de poder, seja ele suave ou coercitivo, a influência da sociedade civil tem suas limitações na tomada de decisões (Piana, 2009). Além disso, o sucesso das ONGs em alcançar seus objetivos depende da habilidade de moldar as preferências dos governos e influenciar na formulação de políticas.

A Teoria dos Regimes pressupõe que, em um mundo complexo e interconectado, problemas transnacionais como as mudanças climáticas requerem estratégias coletivas (Keohane & Nye, 1977). Regimes climáticos representados por tratados como o Acordo de Paris estabelecem padrões e regras compartilhadas para gerenciar as mudanças climáticas globalmente. A sociedade civil, incluindo as ONGs, desempenha um papel importante na promoção da cooperação internacional em questões climáticas. Essas organizações muitas vezes atuam como catalisadoras para que os países adotem abordagens mais ambiciosas em relação às mudanças climáticas. Um dos princípios fundamentais da teoria é de que os governos fornecem um espaço para o engajamento da sociedade civil (Nye, 2000). As COPs, da UNFCCC, são exemplos notáveis dessas áreas de diálogo. Aqui, ONGs, defensores e especialistas têm a capacidade de impactar as negociações, defender objetivos mais ambiciosos e pressionar os governos para cumprir suas obrigações.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alex Cavalcante. **A participação social como requisito da governança ambiental: a voz da sociedade nas conferências do clima de Copenhague e Paris.** Revista de Direito Público Contemporâneo, 2021, 1.1.

ASHTON, P. J. & TURTON, A. R. in **Facing Global Environmental Change: Environmental, Human, Energy, Food, Health and Water Security Concepts.** (eds Brauch, H. G. et al.) Ch. 55 (Hexagon Series on Human and Environmental Security and Peace Vol. IV, Springer, 2009).

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BULL, Hedley. **The anarchical society: a study of order in world politics.** Bloomsbury Publishing, 2012.

Climate Action Network (CAN). Tackling The Climate Crisis. Disponível em: <https://climatenetwork.org/>. Acesso em: 18/10/2023.

COHEN, Stewart J.; WADDELL, Melissa W. **Climate change in the 21st century.** McGill-Queen's Press-MQUP, 2009.

CONVENTION ON GENERAL BIOLOGICAL DIVERSITY. **Segunda Reunião da Conferência das Partes.** Montreal, 1995. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-02/official/cop-02-05-en.pdf>. Acesso em: 20/10/2023.

CORNER, Adam; MARKOWITZ, Ezra; PIDGEON, Nick. **Public engagement with climate change: the role of human values.** Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, 2014, 5.3: 411-422.

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua Política Externa: história, instituições e processo de tomada de decisão.** Cidade gráfica, 2020.

FISHER, Dana R. **COP-15 in Copenhagen: How the merging of movements left civil society out in the cold.** Global Environmental Politics, 2010, 10.2: 11-17.

FLEURY, Lorena Cândido; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; TADDEI, Renzo. **Mudanças climáticas, ciência e sociedade.** Sociologias, 2019, 21: 18-42.

Fridays For Future USA. **Who We Are,** 2023. Disponível em: <https://fridaysforfutureusa.org>. Acesso em: 15/10/2023.

GILLS, Barry; MORGAN, Jamie. **Global climate emergency: After COP24, climate science, urgency, and the threat to humanity.** In: Economics and Climate Emergency. Routledge, 2022.

Greenpeace. **Climate Change**. Disponível em: <https://www.greenpeace.org.uk/challenges/climate-change/>. Acesso em: 19/10/2023.

GUPTA, Joyeeta. **A history of international climate change policy**. Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, 2010, 1.5: 636-653.

ISLAM, Md Saidul; KIEU, Edson. **Sociological perspectives on climate change and society: A review**. Climate, 2021, 9.1: 7.

JACOBI, Pedro Roberto, et al. **Mudanças climáticas globais: a resposta da educação**. Revista brasileira de educação, 2011, 16: 135-148.

JOHANSMEYER, Tom. **How Fossil Fuel Divestment Falls Short**. Harvard Business Review, 2022. Disponível em: <https://hbr.org/2022/11/how-fossil-fuel-divestment-falls-short>. Acesso em: 10/10/2023.

KEOHANE Robert O, Nye Joseph S.; JOSEPH, S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. 1977.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press. p. 49-64, 1984.

KRASNER, Stephen D. **Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables**. International organization, 1982, 36.2: 185-205.

LINKLATER, Andrew. **The evolving spheres of international justice**. International affairs, v. 75, nº3, p. 473-482, 1999.

LUOMI, Mari. **Where Are the Leaders? Analysis of the COP 25 Climate Change Conference**. Emirates Diplomatic Academy, 2019. p. 1-12.

MAVRODIEVA, Aleksandrina V., et al. **Role of social media as a soft power tool in raising public awareness and engagement in addressing climate change**. Climate, 2019, 7.10: 122.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

MOUFFE, Chantal (ed.). **Gramsci and Marxist Theory (RLE: Gramsci)**. Routledge, 2014.

NYE, Joseph S.; DONAHUE, John D. (ed.). **Governance in a globalizing world**. Rowman & Littlefield, 2000.

OLIVEIRA, André Soares. **A Liderança dos Países Desenvolvidos no Acordo de Paris: reflexões sobre a estratégia do Naming and Shaming dentro do Balanço-Global**. Sequência (Florianópolis), 2019, 155-180.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Cinquenta anos das Conferências Ambientais da Organização das Nações Unidas: qual é o legado para as condições de saúde humana?**. Cadernos de Saúde Pública, 2023, 38.

OLIVEIRA, Neyla Cristiane Rodrigues de; OLIVEIRA, Francisca Carla Silva de; CARVALHO, Denis Barros de. **Educação ambiental e mudanças climáticas: análise do Programa Escolas Sustentáveis**. Ciência & Educação (Bauru), 2021, 27: e21068.

PANDEY, CHANDRA LAL. “**Managing Climate Change: Shifting Roles for NGOs in the Climate Negotiations.**” *Environmental Values*, vol. 24, no. 6, 2015, pp. 799–824. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/43695280>. Acesso em: 23 Out. 2023

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

QUINTÃO, Maria. **Educação ambiental**. 2011.

RAUSTIALA, Kal. **States, NGOs, and international environmental institutions**. *International Studies Quarterly*, 1997, 41.4: 719-740.

SOARES, Terezinha de Jesus; HIGUCHI, Niro. **A convenção do clima e a legislação brasileira pertinente, com ênfase para a legislação ambiental no Amazonas**. *Acta amazônica*, 2006, 36: 573-580.

SOUSA, Lucas Vitor de Carvalho. **Efeitos de políticas climáticas sobre o bem-estar econômico no Brasil e em países do Anexo I do Protocolo de Quioto**. 2014.

SOUZA, Emerson Maione de. **Re-evaluating the contribution and legacy of Hedley Bull**. *Brazilian Political Science Review*, 2023, 2: 96-126.

TRISTÃO, Virgínia Talaveira Valentini; TRISTÃO, José Américo. **A contribuição das ONGS para a Educação Ambiental: uma avaliação da percepção dos Stakeholders**. *Ambiente & Sociedade*, 2016, 19: 47-66.

UN NEWS. **Small solutions, big impacts: 5 community-based projects tackling climate change**. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/04/1117122>. Acesso em: 20/10/2023.

WWFa (World Wide Fund for Nature). **Climate Change and Energy**. Disponível em: <https://www.wwf.org.uk/what-we-do/climate-change-and-energy>. Acesso em: 19/10/2023.

WWFb (World Wide Fund for Nature). **WWF Statement to COP26 Draft Decision Text**, 2021. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/press-releases/wwf-statement-to-cop26-draft-decision-text>. Acesso em: 19/10/2023.

WWFc (World Wide Fund for Nature). **Climate**. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/initiatives/climate>. Acesso em: 19/10/2023.





